

Governo "aposta todas as fichas"

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda, disse ontem que o governo "aposta todas as fichas" na realização de um acordo com os bancos credores num prazo de quatro a seis semanas. Maílson abriu uma reunião do Conselho Nacional de Seguros Privados com uma exposição aos conselheiros da situação econômica do País.

O ministro da Fazenda disse que, depois dos bancos e do FMI, será fácil fechar um acordo com o Clube de Paris, "coisa de 24 horas". Sobre a situação interna, Maílson confirmou a previsão feita ontem pelo novo secretário do Tesouro, Paulo César Ximenes: o objetivo do

governo, neste primeiro semestre, é estabilizar a inflação, para tentar reduzi-la no segundo.

"Ninguém pode se regozijar com uma inflação estabilizada em 16%", reconhece, mas acrescentou que, mesmo assim, a estabilização do índice sinalizaria o afastamento do risco de uma hiperinflação, que daria ao governo e à sociedade um período de alívio.

Reafirmou sua política de corte dos gastos públicos, para controlar a inflação, e garantiu que tem o apoio do presidente José Sarney para resistir às pressões que certamente o governo sofrerá: "A dívida pública é um instrumento necessário ao governo, tanto que a China está planejando fazer uma, para ter

controle da política monetária. O problema, no Brasil, é o tamanho que ela alcançou".

Em março, acrescentou, vai trabalhar na segunda parte de sua estratégia: a recuperação dos investimentos e empréstimos externos. Viajará na segunda quinzena de março ao Japão e à Europa, para contatos com banqueiros e governos, depois de fazer o mesmo nos Estados Unidos, na semana que vem.

CONVERSÃO

Será criado, em breve, um comitê reunindo técnicos do Ministério da Fazenda, Banco Central e Banco do Brasil, que estudará as implicações do processo de conversão da dívida externa em investimento sobre

as exportações brasileiras. Informou ontem o ministro da Fazenda, após dar posse ao novo presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Cincinato Rodrigues de Campos.

Caberá ao comitê — informou — identificar eventuais prejuízos que a conversão poderá trazer para o estoque de divisas do País. Não será vantajoso para o Brasil converter sua dívida externa em empresas que já têm colocação certa de seus produtos no Exterior, observou.

A conversão para essas empresas, assinalou, poderia não representar nenhum ganho adicional para a redução da dívida externa, além de até reduzir as reservas.